



DIREITO CONSTITUCIONAL



MAPAS MENTAIS

PARA CONCURSOS PÚBLICOS



@MAPASDOCONCURSADO

SUMÁRIO

➔ Teoria da Constituição	5	➔ Poder Executivo	101	➔ Ordem Econômica e Financeira	206
➔ Princípios Fundamentais	15	➔ Poder Judiciário	108	➔ Ordem Social	213
➔ Direitos Fundamentais	17	• Disposições Gerais	108	• Seguridade Social	213
• Direitos Individuais e Coletivos	19	• Supremo Tribunal Federal	117	• Saúde	215
• Remédios Constitucionais	28	• Conselho Nacional de Justiça	119	• Previdência Social	216
• Direitos Sociais	36	• Superior Tribunal de Justiça	121	• Assistência Social	218
• Nacionalidade	42	• Justiça Federal	122	• Educação	219
• Direitos Políticos	43	• Justiça do Trabalho	124	• Cultura	222
• Partidos Políticos	47	• Justiça Eleitoral	126	• Desporto	224
➔ Organização Político-Administrativa	49	• Justiça Militar	128	• Ciência, Tecnologia e Inovação	225
➔ Intervenção	57	• Justiça Estadual	129	• Comunicação Social	226
➔ Administração Pública	58	➔ Funções Essenciais à Justiça	130	• Meio Ambiente	227
➔ Poder Legislativo	81	➔ Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	139	• Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso	228
➔ Processo Legislativo	93	➔ Poder Legislativo	144	• Comunicação Social	230
➔ Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	98	• Sistema Tributário Nacional	144	➔ Criação de Estados	232
		• Finanças Públicas	173	➔ Serviços Notariais e de Registro	233

CARACTERÍSTICAS:

- **Inicial** - inaugura uma nova ordem constitucional;
- **Ilimitado** - não sujeito a limites materiais;
- **Autônomo** - não deriva de nenhuma outra norma;
- **Incondicionado** - não se sujeita a limites procedimentais;
- **Permanente** - se mantém latente após concretização da obra;
- **Político** - poder de fato;
- **Natureza pré-jurídica** - inaugura a ordem jurídica.

SUBDIVISÃO:

- **Histórico ou Fundacional:** Trata-se da primeira atuação do Poder Constituinte Originário, criando, pela primeira vez, uma ordem jurídica.
- **Revolucionário:** Trata-se da segunda atuação em diante do Poder Constituinte Originário, criando uma nova ordem jurídica.

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO

(INICIAL, INAUGURAL OU 1º GRAU)

Poder que **cria uma nova Constituição**, iniciando uma nova **ordem jurídica**, desvinculando-se da ordem jurídica **anterior**.

- Tem como objetivo principal a **criação de um novo Estado**.



PODER
CONSTITUINTE

PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR

- Trata-se do poder de **modificação do texto constitucional**, sendo realizado por meio das **emendas constitucionais**, assim como os **Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos com força de emenda constitucional**.

PODER CONSTITUINTE DERIVADO

(INSTITUÍDO, SECUNDÁRIO OU REMANESCENTE)

- **Criado pelo Poder Constituinte Originário**, obedecendo as regras deste.

CARACTERÍSTICAS:

- **Limitado;**
- **Condicionado;**
- Composto por **Natureza Jurídica;**
- **Derivado;**

PODE SER DIVIDIDO EM:

- Reformador;
- Revisor;
- Decorrente.

PODER CONSTITUINTE DERIVADO REVISOR

Consiste na **revisão da Constituição Federal**

- Tem **eficácia exaurível**
- O Poder Revisor foi usado **apenas uma única vez, não sendo mais possível sua utilização.**

PODER CONSTITUINTE DERIVADO - LIMITES

O Poder Constituinte **Derivado** é adotado de alguns **limites**, dentre eles, temos o limite:

- **Formal: Limite** imposto no **processo de alteração** da norma constitucional.
Ex: CF/88. Art. 60, caput §§ 2º e 3º.
- **Temporal:** Para a doutrina majoritária, a **CF/88 não possui limitação temporal.**
- **Circunstancial:** Ocorre quando não é possível a alteração da Constituição em certos períodos de **instabilidade do Estado.**
Ex: CF/88. Art. 60. § 1º.
- **Material: Dificulta** a alteração de **certos conteúdos** (Cláusulas Pétreas) **apresentados na Constituição.**
Ex: CF/88. Art. 60. § 4º.

PODER CONSTITUINTE DERIVADO DECORRENTE

Consiste no poder de cada entidade federativa (**Estados**) **criar a sua própria Constituição estadual**, seguindo os princípios e valores da **Constituição Federal.**



OBSERVAÇÃO

O Poder Constituinte Derivado **não se estende aos Municípios**, pois sua criação estrutural ocorre mediante **Lei Orgânica.**



PODER CONSTITUINTE

PODER CONSTITUINTE DIFUSO

Trata-se do Poder que se apresenta por meio das **mutações constitucionais**, que são **alterações informais e espontâneas** no **sentido interpretativo** do texto constitucional devido à **evolução dos fatores sociais, políticos e econômicos.**

O **Texto** Constitucional **não é modificado**, permanecendo o mesmo, porém o **sentido** do texto **sofre modificações.**

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Trata-se da manifestação do **poder constituinte difuso**, consiste em proceder a um **novo modo de interpretar** determinada norma constitucional, **sem que haja alteração do próprio texto** constitucional.



OBJETIVOS



ART. 3º

- **Objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

CONstruir uma sociedade livre, justa e solidária;

GArantir o desenvolvimento nacional;

ERRAdicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

PROmover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

CON GA ERRA PRO

! ATENÇÃO

Os objetivos fundamentais são princípios fundamentais relativos à prestação positiva do Estado.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS



ART. 4º



- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas **relações internacionais** pelos seguintes princípios:

INdependência nacional;

Prevalência dos direitos humanos;

Autodeterminação dos povos;

Não-intervenção;

Igualdade entre os Estados;

COncessão de asilo político;

SOlução pacífica dos conflitos;

DEfesa da paz;

COoperação entre os povos para o progresso da humanidade;

REpúdio ao terrorismo e ao racismo.

IN PANICO SO DECORE

PARÁGRAFO ÚNICO

A RFB buscará a integração **econômica, política, social e cultural** dos povos da América **Latina**, visando à formação de uma comunidade **latino-americana** de nações.

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

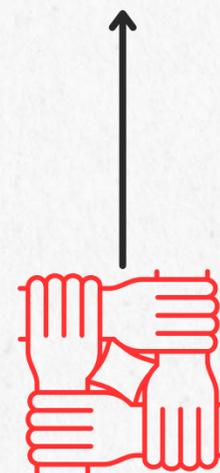
Os Direitos e Garantias Fundamentais são **gênero das espécies**:

- **Direitos e Deveres Individuais e Coletivos** (Art. 5º)
- **Direitos Sociais** (Art. 6º ao Art. 11)
- **Direitos de Nacionalidade** (Art. 12 – Art. 13)
- **Direitos Políticos** (Art. 14 ao Art. 16)
- **Partidos Políticos** (Art. 17)



CARACTERÍSTICAS

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



DIREITOS FUNDAMENTAIS

EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- **Vertical** → Consiste na relação dos direitos fundamentais entre o **Estado e os Particulares**.
- **Horizontal** → Consiste na relação dos direitos fundamentais entre **Particulares**.
ou Externa ou Privada
- **Diagonal** → Consiste na relação dos direitos fundamentais entre **Particulares**, no entanto, **em nível de desigualdade**.

- **Universalidade**
Todos os indivíduos podem usufruir dos **direitos fundamentais**.
- **Indivisibilidade**
Devem ser **estudados de forma sistematizada**, e **não separadamente**. A violação a um dos direitos fundamentais afeta os demais.
- **Interdependência**
É a **vinculação** existente entre os direitos fundamentais.
- **Imprescritibilidade**
Poderão ser **sempre exercidos**, não perdendo o seu valor com o decorrer do tempo.
- **Inalienabilidade**
São **intransferíveis, indisponíveis** (**não podem ser negociados**).
- **Historicidade**
Surgem com o **desenrolar do tempo**, estando em **constante desenvolvimento**.
- **Irrenunciabilidade**
Não podem ser renunciados por quem o exerce (no entanto, conforme o STF, **excepcionalmente será possível**).
- **Vedação ao Retrocesso**
É **inadmissível o retrocesso** (de um direito já concedido) sendo **vedado revogar normas garantidoras de políticas públicas**.
- **Efetividade**
O Estado deve ser o **mais efetivo possível** na aplicação dos direitos.
- **Relatividade ou Limitabilidade**
São **relativos**, existindo a **ponderação** nos casos de **conflitos**, **não** existindo direito fundamental **absoluto**.

DIREITO DE PROPRIEDADE (XXII-XXVI)

DIREITO DE PROPRIEDADE

- É um **direito relativo** com a sua **função social**.

DESAPROPRIAÇÃO

→ É possível a **desapropriação** por:

- Necessidade Pública
 - Utilidade Pública
 - Interesse Social
- } **Regra:** indenização justa e prévia em **dinheiro**.

SALVO CASOS PREVISTOS CF/88

DESAPROPRIAÇÃO

Imóvel **rural** devido ao **não cumprimento** da função social



Mediante títulos da dívida **agrária**.

Imóvel **urbano** devido ao **não cumprimento** da função social



Mediante títulos da dívida **pública**.

OBSERVAÇÃO

Não existe indenização no caso de desapropriação confiscatória ou expropriação. Tal desapropriação ocorre em propriedades urbanas e rurais que fazem culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo.



DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

SUCESSÃO DE BENS DE ESTRANGEIROS (XXXI)

→ É garantido pela CF

→ Regulada pela lei brasileira:

- Em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros;
- Exceto se a lei pessoal do "de cujus" for mais favorável.

DIREITOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

DIREITO À INFORMAÇÃO (XXXIII)

→ **Direito de todos** a receber informações dos órgãos públicos:

- Interesse particular, coletivo ou geral;
- Prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade;
- **Exceto sigilo imprescindível** à segurança da sociedade e do Estado;

PROPRIEDADE PARTICULAR

- Uso em casos de iminente **perigo** público;
- Assegurado **indenização** posterior (Se houver dano)

PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

- Desde que Trabalhada pela **família**, **não** será objeto de **penhora** para pagamento de **débitos** decorrentes de sua **atividade produtiva**.

PENAS E RESPONSABILIDADE (XLV-XLVII)

Intransferível { Nenhuma pena passará da pessoa do condenado;

A reparação de dano e perdimento de bens é estendida aos sucessores;

Executadas contra sucessores até o valor do patrimônio transferido.

Penas Aceitas:

- **Privação** ou **restrição** da liberdade;
- **Perda** de bens;
- **Multa**;
- **Prestação social** alternativa;
- **Suspensão** ou **interdição** de direitos.

Penas Vedadas:

- **Morte**, salvo em caso de guerra declarada;
- **Caráter perpétuo**;
- **Trabalhos forçados**;
- **Banimento**;
- **Cruéis**.



DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

ART.5-III

Ninguém **será** submetido a { **tortura, tratamento desumano ou degradante.**

CUMPRIMENTO (XLVIII) E DIREITO DOS PRESOS (LXII-LXVII)

CUMPRIMENTO DA PENA

- Em **estabelecimentos distintos** conforme a { **Natureza do delito**
Idade
Sexo do apenado

DIREITOS DOS PRESOS

- **É assegurado a Integridade física e moral**

Período de amamentação das presidiárias { Permanência com os filhos assegurada

- **A comunicação de prisão** deve ser **imediate**, ao juiz competente e à família.
- **Direito** de permanecer calado e de **assistência** garantida da família e advogado.
- **Identificação de Responsáveis** { pela prisão ou interrogatório
- **Prisão Ilegal** deve ser relaxada imediatamente
- **Liberdade Provisória** permitida conforme a lei, com ou sem fiança.
- **Prisão Civil por Dívida**
Não haverá, exceto em **obrigação alimentícia** { Inadimplemento voluntário e inescusável

SEMPRE QUE ALGUÉM (PESSOA FÍSICA) **SOFRER** (REPRESSIVO)
OU SE ACHAR **AMEAÇADO** (PREVENTIVO) DE SOFRER VIOLÊNCIA OU
COAÇÃO EM SUA **LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO**, POR
ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER.

! ATENÇÃO

CARACTERÍSTICAS

- Remédio Constitucional gratuito
- Natureza penal
- Rito sumário → cabe **liminar!**

IMPETRANTES (SUJEITO ATIVO) → (autor da ação)

- Qualquer **pessoa física** em favor de **terceiros ou para defesa própria** (brasileira ou estrangeira)
- **MP e Pessoa jurídica**, desde que o **paciente** seja pessoa física (indivíduo beneficiado pela ação)

Pode ser concedido de **ofício** pelo **juiz** ou **tribunal**

- **Não** é necessário **advogado**.

IMPETRADO (AUTORIDADE COATORA DO HC)

- Pessoa que **restringiu a liberdade de locomoção** do **sujeito passivo** por ilegalidade ou abuso de poder.



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS HABEAS CORPUS

NÃO É CABÍVEL:

- Impugnar **pena de multa**;
- No caso de pena em **processo administrativo disciplinar** (PAD);
- Na impugnação de **quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico**;
- Para pleitear **trancamento** de processo de **impeachment**;
- Já **extinta** a **pena de privação da liberdade**;
- Contra **sanções de exclusão militar** ou **perda de patente ou função pública**;
- Impugnar a **suspensão dos direitos políticos**;
- Na impugnação de **decisões do STF**;
- Para pleitear **visita íntima**.

INSTRUMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

DESTINADO A PROTEGER **DIREITOS COLETIVOS** OU **INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS** LESADOS OU AMEAÇADOS DE LESÃO.

direitos líquidos e certos



IMPETRANTES

→ (Legitimidade Ativa)

Partidos Políticos

{ Com representação no Congresso Nacional

Entidade de classe

Associações

{ Legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano

Organização sindical



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

IMPETRADO CONTRA

→ (Legitimidade Passiva)

- Autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

POSSUI CARÁTER **CIVIL, CONTEÚDO E RITO**
SUMÁRIO PARA:

- **Assegurar o conhecimento de informações pessoais do impetrante**
Em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- **Retificação de Dados**
Preferência por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

- É **gratuito** - **Imunidade** de taxas
- É preciso da **assistência de advogado**
- Não possui prazo **decadencial** ou **prescricional**



**REMÉDIOS
CONSTITUCIONAIS**
HABEAS DATA

IMPETRADO

- **Entidades governamentais** ou **Pessoa Jurídica** de direito público ou privado na qual constem os dados

NÃO É CABÍVEL:

- Obtenção de **informações pessoais de terceiros**
↳ (exceto se autorizado expressamente por lei ou pelo próprio titular dos dados)
- Ter acesso a certidões ou informações de interesse particular
↳ (Mandado de Segurança)

IMPETRANTE

- Qualquer pessoa, **física** ou **jurídica**;
(desde que as informações sejam ao seu respeito)

DIREITOS FUNDAMENTAIS

GRATUIDADES



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

HABEAS CORPUS

GRATUITO

MANDADO DE SEGURANÇA

NÃO É GRATUITO

MANDADO DE INJUNÇÃO

NÃO É GRATUITO

HABEAS DATA

GRATUITO

AÇÃO POPULAR

GRATUITO, SALVO COMPROVADA MÁ-FÉ

Gratuidade para os reconhecimentos Pobres:

- Registro civil de nascimento
- Certidão de óbito



OBSERVAÇÃO

a lei ampliou esse direito a todos os cidadãos!

- **Assistência jurídica integral**
- a quem comprovar insuficiência de recursos.
- **Atos necessários ao Exercício da cidadania** conforme a lei.



ART. 7º SÃO DIREITOS DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS

1. **RELAÇÃO DE EMPREGO PROTEGIDA CONTRA DISPENSA ARBITRÁRIA** (sem justa causa) preverá indenização compensatória.

2. **SEGURO-DESEMPREGO**, em caso de desemprego **involuntário**;

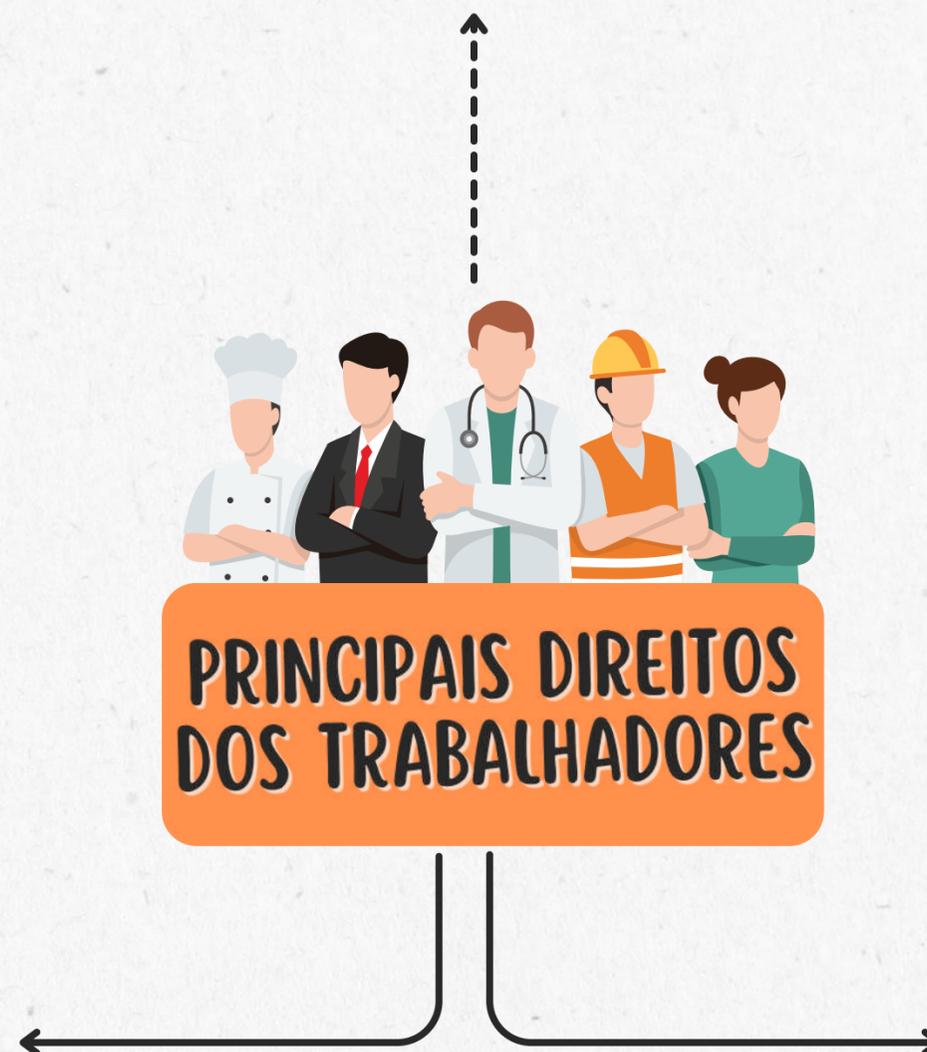
3. **FGTS** - servidor público **não** possui;

4. **SALÁRIO MÍNIMO**, fixado em **lei**, nacionalmente unificado com reajustes periódicos, **vedada** sua vinculação;

5. **PISO SALARIAL**, proporcional à extensão e complexidade do trabalho;

6. **IRREDUTIBILIDADE DO SALÁRIO**, salvo **convenção** ou **acordo coletivo**;

7. **GARANTIA DE SALÁRIO NUNCA INFERIOR AO MÍNIMO**, para quem recebe remuneração variável;



8. **13º SALÁRIO**, baseado na remuneração integral ou na aposentadoria;

9. **ADICIONAL NOTURNO**, remuneração **superior** ao diurno, devido ainda que regime de revezamento (STF);

10. **PROTEÇÃO DO SALÁRIO**, na forma da lei, constitui **crime** sua retenção dolosa;

11. **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS**, desvinculada da remuneração e, **excepcionalmente**, participação na **gestão** da empresa;

12. **SALÁRIO-FAMÍLIA**, pago em razão do dependente do trabalhador de **baixa renda**;

13. **JORNADA DE TRABALHO**, máximo de **8h/dia** e **44/sem.**
Facultada → redução da jornada e compensação de horários → por **convenção** ou **acordo**;

14. **Jornada de Trabalho** de **6h/**para trabalho realizado em **TURNOS Ininterruptos de Revezamento**